

Desafios da pesquisa brasileira de Comunicação nos anos 90

José Marques de Melo *

Realizar um inventário das tendências da pesquisa brasileira de comunicação, neste momento, constitui tarefa difícil, senão impossível, pela precariedade das informações disponíveis. Apesar do notável esforço que vem sendo feito pelo Centro de Documentação da Comunicação nos Países de Língua Portuguesa (Port-Com), não tem sido possível manter o registro atualizado da produção de conhecimento em nossa área.

Por isso mesmo, os parâmetros considerados são aqueles resultantes de duas iniciativas da Intercom: 1. A revisão conjuntural dos anos 60-70, englobada no volume *A Pesquisa em Comunicação no Brasil: Tendências e Perspectivas* (São Paulo, Cortez/Intercom/CNPq, 1983, 303 p.); 2. O levantamento da produção nacional, durante um século, repertoriada no *Inventário da Pesquisa em Comunicação no Brasil, 1883-1983* (São Paulo, Port-Com, Intercom, Alaic, CIID, CNPq, 1984, 387 p.).

Analisando esse material, construímos uma periodização, assim estruturada: a) Estudos históricos e jurídicos — período que se inicia no fim do século XIX e se projeta até a década de 30 deste século; b) Pesquisa mercadológica — hegemônica nas décadas de 40 e 50; c) Comparativismo e difusionismo — primeira metade da década de 60; d) Deslumbramento e apocalipse — segunda metade da década de 60 e primeira dos anos 70; e) Legitimação acadêmica — segunda metade da década de 70; f) Politização dos estudos de comunicação — anos 80. (Vide: MARQUES DE MELO, José — *Panorama Brasileiro da Pesquisa em Comunicação*. In: *Comunicação: DI-*

* *Professor Titular e Diretor da Escola de Comunicações e Artes da USP, ex-presidente da INTERCOM, Presidente da Associação Latino-Americana de Pesquisadores da Comunicação (ALAIIC) e membro do Conselho Internacional da International Association for Mass Communication Research (IAMCR)*

reito à Informação. Campinas, Papirus, 1986, p. 111-128).

A tendência dominante era, portanto, a de pesquisar os fenômenos comunicacionais utilizando categorias pertencentes ao marxismo (principalmente gramsciano) e à teologia da libertação. Constatava-se, ademais, um engajamento dos pesquisadores na construção de processos democráticos de comunicação, como consequência das possibilidades que se abriam à sociedade civil para participar do ordenamento constitucional em debate no Congresso eleito em 1986.

Todavia, tenho a impressão de que algumas mudanças começavam a ocorrer na segunda metade dos anos 80. A mais significativa era sem dúvida a desilusão de muitos pesquisadores com os rumos assumidos pela "politização" dos estudos em nossa área. Se tal caminho fora determinado, durante o regime militar, pela ausência ou dissimulação de variáveis políticas nos projetos realizados, ele estava criando impasses, nos anos de abertura, pela dificuldade de se estabelecer fronteiras entre a "análise política" e a "militância política". Muitos estudiosos começaram a perceber que o viés politizante deixava de ter sentido na nova conjuntura institucional e ameaçava desvirtuar a natureza do trabalho acadêmico. Por outro lado, a própria vida política do país assumia feição desmotivadora, depois da morte de Tancredo Neves e do fracasso do Plano Cruzado, criando nos intelectuais e nos cientistas uma sensação de importância e de esgotamento cívico. A verdade é que muitos pesquisadores, aferrados à estratégia da denúncia e da recusa do *status quo*, não foram capazes de apresentar alternativas eficazes para transformar a comunicação durante a Nova República.

Esse desalento da academia deve ser creditado também ao refluxo que se opera em toda a sociedade brasileira e ao pessimismo coletivo que se abateu sobre o país durante o período de atuação da Assembléia Nacional Constituinte. Mas pode ser identificado ainda nas alterações do quadro internacional e no questionamento das teses que embasavam a atuação de muitos estudiosos. A *perestroika* de Gorbachev causou impacto pelo diagnóstico das deficiências da sociedade soviética, figurando a *glasnost* como tática que contrastava com alguns dos postulados estatizantes e centralizadores defendidos pela esquerda brasileira. Tais soluções já haviam sido descartadas pelos novos governos socialistas da Europa — na França, Itália, Espanha e Portugal. Até mesmo a Nicarágua, embevecida por um tipo de socialismo cristão, ensaiava os primeiros passos para dar marcha à ré, adotando postura pluralista na economia, na política e na informação de massas. Esses fatos deixaram atônitos e desconcertados os grupos militantes que pesquisavam e advogavam modelos democráticos de comunicação à imagem e semelhança daquelas sociedades.

No panorama nacional repercutia com intensidade a postura do empresariado e das corporações profissionais, cobrando da universidade a necessária competência para resolver problemas fundamentais da nossa sociedade de superar o *gap* tecnológico que nos separa dos países altamente industrializados. No caso específico da comunicação, presenciemos a campanha contra o "diploma", pondo em cheque o papel da universidade e discutindo a validade das pesquisas ali desenvolvidas para melhorar a qualidade dos produtos culturais em circulação no mercado.

Tudo isso contribuiu para neutralizar a tendência politizante junto a al-

guns núcleos de pesquisa, não obstante o entusiasmo por essa linha de atuação seja evidente em várias regiões do país, principalmente onde predominam lideranças jovens recrutadas para a pesquisa acadêmica nos anos 70. Percebo, hoje, nos centros avançados, uma preocupação dos pesquisadores e mais responsáveis em sedimentar as conquistas das décadas passadas, buscando adquirir competência científica através de projetos que contemplam a pesquisa básica, sem contudo menosprezar a pesquisa aplicada, conjuntural ou instrumental.

As perspectivas que se me afiguram para a última década deste século são promissoras, apesar da sensação de desalento que paira em nossa comunidade e no país inteiro. Para que possamos contribuir para reverter o quadro atual de imobilismo e de desesperança torna-se indispensável fortalecer a INTERCOM, enquanto espaço institucional capaz de continuar aglutinando e animando os pesquisadores da área e enquanto entidade que procura representar, de forma democrática e pluralista, os interesses e as expectativas do nosso segmento acadêmico.

O trabalho já realizado pela Intercom no seu primeiro decênio constitui um patrimônio que afiança a protagonização de futuras etapas no desenvolvimento da pesquisa brasileira de comunicação. Para ter certeza disto basta tomar como indicador cabal, o acervo científico acumulado no período 1977-1987 e que está repertoriado na edição especial da *Bibliografia Brasileira de Comunicação* (n.7), editada por Ada Dencker.

Como contribuição pessoal para a ação a ser empreendida na próxima década, proponho a reflexão sobre as seguintes tarefas, que a meu ver são prioritárias e inadiáveis:

a) Intensificação do trabalho coordenado, seja inter-institucional, seja inter-pares. Superar a atuação isolada e individualista constitui um grande obstáculo, pela nossa tradição cultural. Contudo, é preciso removê-la, pois a pesquisa atomizada e incomunicada acarreta o desperdício de recursos e a multiplicação de esforços para conhecer fenômenos que exigem basicamente uma postura comparativa, no tempo e no espaço. Isso pressupõe naturalmente a compatibilização de métodos e teorias subjacentes.

b) Acumulação permanente de conhecimento sobre a conjuntura comunicacional e cultural, de modo a ensejar o registro e a avaliação dos sistemas em funcionamento. Do contrário, não nos será possível compreender os processos de transformação que se operam constantemente e em consequência não teremos condições de predição e formulação de hipóteses consistentes. Isso implica em recuperar os comprovados métodos de investigação descritiva e quantitativa.

c) Resgatar o intercâmbio internacional, reduzindo a distância que nos separa hoje dos principais centros de produção de conhecimento na área.

O isolamento mundial a que a comunidade acadêmica foi impelida, durante o regime militar, precisa ser rapidamente eliminado. Já demos passos significativos para atuarmos em conjunto com núcleos produtivos da América Latina. Torna-se indispensável, agora, aprofundarmos e ampliarmos nossas relações com os pesquisadores congêneres da América do Norte, da Europa Ocidental, da Austrália, dos países do Bloco Socialista, dos países Nórdicos etc.